

FOTOS MARCELO SANT'ANNA / DPMG



Mutirão Regional da DPMG garante direitos e cidadania a pessoas transgênero de três cidades do Triângulo Mineiro

Solenidade de encerramento aconteceu na unidade de Uberlândia, com a presença da defensora pública-geral do Estado, Raquel da Costa Dias, representantes do Judiciário, do Executivo e do Legislativo, autoridades locais, além das pessoas transgênero que participaram do mutirão

PÁGINA 2

Defensoria de Minas faz Casamento Comunitário inédito na Penitenciária de Segurança Máxima de Francisco Sá

PÁGINA 3

ESCOLA SUPERIOR

Defensoria Pública mineira realiza palestra sobre criminalística e julgamento pelo júri

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG), promoveu no último sábado (24/9) a palestra “Criminalística e Julgamento pelo Júri”. A capacitação foi em formato híbrido – presencialmente no auditório da sede, em Belo Horizonte, e com transmissão ao vivo pelo YouTube.

O palestrante foi o defensor público de Rondônia, Dayan Saraiva de Albuquerque, titular da Defensoria do Júri e Custódia de Porto Velho, Mestre

em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça, palestrante e professor em curso de Criminalística para defensoras e defensores públicos.

A palestra abordou as temáticas: local de crime; local de crime e cadeia de custódia; análises de mancha de sangue em local de crime; a balística no Tribunal do Júri; e DNA no Tribunal do Júri.

[Leia mais](#)

FOTOS: MATEUS FELIPE/DPMG



O palestrante, defensor Dayan Saraiva (ao lado), que atua na Defensoria Pública de Rondônia, foi apresentado pelo defensor público Marco Túlio Frutuoso Xavier



NESTA EDIÇÃO

- > Ações em destaque [PÁG. 2 e 4](#)
- > Deu na mídia [PÁGINA 4](#)
- > Ações em destaque • Institucional [PÁG. 5 e 6](#)

Caso Samarco: decisão judicial atende instituições de Justiça e obriga Fundação Renova a implementar direitos de pessoas atingidas

- > Escola Superior [PÁGINA 7](#)
- > ESDEP Informa [PÁGINA 7](#)
- > Procedimentos e comunicados internos [PÁG. 8 e 9](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Mutirão Regional da DPMG garante direitos e cidadania a pessoas transgênero de três cidades do Triângulo mineiro

Na sexta-feira (23/9), foi realizada a cerimônia de encerramento do Mutirão Regional de Alteração de Prenome e Gênero de Pessoas Transgênero de 2022 promovido pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), nas unidades da Instituição em Ituiutaba, Patos de Minas e Uberlândia.

A iniciativa extrajudicial tem o objetivo de promover dignidade, cidadania e, principalmente, inclusão social, como o direito fundamental ao nome e à empregabilidade; bem como promover a união de instituições públicas e órgãos não governamentais em prol da conscientização e da promoção dos direitos das pessoas transgênero. Também fornecerá subsídios para uma pesquisa demográfica e econômico-social com as pessoas participantes, embasando ações da DPMG em outras iniciativas com a população trans. E ainda, como desdobramento do mutirão, a Defensoria mineira buscou garantir o direito ao voto daqueles cujos nomes foram alterados no registro de nascimento, mas não no título de eleitor.

Desde a decisão do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o Provimento nº 73 de 2018 do Conselho Nacional de Justiça, o procedimento de alteração de prenome e gênero pode ser realizado de forma extrajudicial, diretamente no Cartório de Registro Civil. Entretanto, sob argumento de falta de regulamentação, a gratuidade para pessoas em condições de vulnerabilidade econômica tem sido negada.

A solenidade de encerramento do mutirão aconteceu na unidade da DPMG em Uberlândia, com a presença da defensora pública-geral do Estado, Raquel da Costa Dias; representantes do Judiciário, do Executivo e do Legislativo; autoridades locais; defensoras e defensores públicos servidoras e servidores; estagiárias e estagiários; além das pessoas transgênero que participaram do mutirão.



Coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejudc), juiz de Direito Carlos José Cordeiro: "primeiro grande passo para mudanças em suas vidas"



Oradora em nome dos demais participantes da iniciativa, Jéssica Carrara Silva: conquista e renascimento

FOTOS MARCELO SANT'ANNA / DPMG



50 pessoas transgênero receberam as certidões atualizadas por meio do mutirão. Uma das entregas foi feita pela chefe de Gabinete da DPMG (ao centro)



Autoridades no dispositivo

Defensora pública-geral Raquel da Costa Dias: nova possibilidade de construção de uma nova vida



Coordenador da Regional Triângulo II e Local em Uberlândia, defensor público Evaldo Gonçalves: avanço para as minorias



Defensora pública Bárbara Bissochi, uma das coordenadoras do mutirão: um documento que materializa um direito fundamental



Defensor público Paulo César Azevedo de Almeida palestrou sobre cidadania Trans

continua >>

AÇÕES EM DESTAQUE

Mutirão Regional da DPMG garante direitos e cidadania a pessoas transgênero de três cidades do Triângulo mineiro



Defensora-geral Raquel da Costa Dias, defensoras e defensores públicos e autoridades presentes no evento em Uberlândia

[Leia na íntegra](#)

Defensoria de Minas realiza Casamento Comunitário inédito na Penitenciária de Segurança Máxima de Francisco Sá

Pela primeira vez a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) promoveu a ação extrajudicial de celebração de matrimônios coletivos dentro de uma unidade prisional de segurança máxima, a Penitenciária de Francisco Sá, no norte de Minas.

Com uma população carcerária de quase 450 detentos, que cumprem pena em regime fechado, oito escolheram o sábado (24/9) para a mudança do estado civil durante a celebração do Casamento Comunitário, numa parceria com a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP).

Passava das nove da manhã quando o mestre de cerimônias anunciou a entrada da dama e do pajem, filhos dos casais. Na presença de familiares, agentes penitenciários e da imprensa, os noivos vieram em seguida acompanhados de suas respectivas noivas sob o olhar de defensoras e defensores públicos, da oficial e do juiz de Paz do Cartório de Registro Civil de Cana Brava, do novo diretor-geral e do diretor regional da unidade prisional, além de padre e pastor convidados para a celebração religiosa.

Coube à oficial registradora com funções notariais, Ana Laís Duarte Dias, e ao juiz de paz, Geraldo Dias Vasconcelos, a formalização das uniões. A assinatura do documento cartorial selou o compromisso mútuo dos nubentes, seguida troca de alianças. O padre da Paróquia de São Gonçalo, Vanderlei de

FOTOS: CLAUDINEI SOUZA / DPMG



Troca de alianças durante a celebração: ponto alto da inédita cerimônia, marcada por muita emoção entre os casais

Souza e Silva, e o pastor da Igreja Universal do Reino de Deus da comunidade, Valdeler dos Santos, abençoaram a nova união familiar estabelecida. Concluída a cerimônia, casais receberam as certidões de casamento, tiraram fotos ao lado da mesa de bolo, ganharam presente para o novo lar e participaram de confraternização.

Representando a defensora pública-geral do Estado, Raquel da Costa Dias, a coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG, defensora pública Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, destacou a importância da iniciativa como um instrumento de inclusão social.

[Leia na íntegra](#)



No dispositivo (da esquerda para a direita), padre Vanderlei Souza da Silva; coordenadora da Escola Superior da DPMG, defensora pública Neusa Guilhermina Lara; oficial registradora do Ofício de Registro Civil de Canabrava, Ana Laís Duarte Dias; juiz de Paz Geraldo Dias Vasconcelos; co-



ordenador da Defensoria Pública no município, defensor público Diego Orlando Castelo Branco Ribeiro; coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias da DPMG, defensora pública Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser (no detalhe, que representou a DPG); defensor público João Victor Santos Muruci; diretor-geral da Penitenciária, Douglas de Araújo Melo; diretor regional da 11ª RISP, Antônio José da Costa Neto; e (atrás do púlpito) o pastor Valdeler dos Santos

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Itinerante recebe inscrições para o 10º Mutirão “Direito a ter Pai” no Morro do Papagaio e na Comunidade da Serra

Na sexta-feira (23/9), a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da Defensoria Itinerante, foi até o Morro do Papagaio e, no dia 30, na Comunidade da Serra, na região Centro-Sul de Belo Horizonte, para receber inscrições para o 10º Mutirão “Direito a Ter Pai”. De maneira gratuita, o Mutirão disponibiliza exames de DNA e reconhecimento espontâneo de paternidade e maternidade. As inscrições para participar da iniciativa se encerraram no dia 30/9.

A atuação da DPMG contou com a participação da coordenadora regional de Famílias e Sucessões na Capital, defensora pública Dayanne Carla Mazzon Dias Mendes, servidoras, servidores, estagiárias e estagiários. No Morro do Papagaio teve o apoio da Associação de Moradores.

Só em 2021, cerca de 100 mil crianças nascidas ficaram sem o nome do pai no registro civil. Nos anos anteriores, os índices deste cenário estive-

ram em crescimento. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Brasil 5,5 milhões de crianças não possuem o nome do pai registrado na certidão de nascimento.

O Mutirão “Direito a Ter Pai” recebeu inscrições até o dia 30/9 (sexta-feira). A iniciativa será realizada no dia 7 de outubro, de forma presencial, nas sedes das 63 unidades participantes no estado.

O direito de reconhecimento à paternidade é o primeiro passo para na contribuição do desenvolvimento emocional, psicológico, cognitivo e social da criança. Além disso, ter o nome do pai em registro possibilita uma série de benefícios ao recém-nascido: pensão alimentícia, herança, inclusão em plano de saúde, previdência.

No link abaixo leia a matéria do Morro do Papagaio na íntegra com o depoimento de uns dos inscritos no Mutirão.

[Acesse aqui](#)

FOTOS: RODRIGO SIQUEIRA/DPMG



Mutirão Itinerante no Morro do Papagaio contou com apoio da coordenadora regional de Famílias e Sucessões na Capital, defensora pública Dayanne Mendes, servidoras, servidores, estagiárias e estagiário

DEU NA MÍDIA

Defensores públicos em diferentes regiões do estado divulgaram as inscrições para o Mutirão Direito a Ter Pai



[TV Norte HD](#)

[Rádio Itatiaia](#)

[G1 Minas Gerais](#)

[Rádio Alternativa FM](#)



Morro do Papagaio

O radialista Misael Avelino (na foto ao lado) também se inscreveu para reconhecimento espontâneo de um filho depois que ouviu chamada na **Rádio Favela**

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Homem suspeito de atear fogo em esposa é preso

Defensora pública mineira dá entrevista

[TV Globo](#)

[Veja + e outros destaques](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

DPMG participa de encontro com Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana

A defensora pública Carolina Morishita Mota Ferreira representou a Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) em uma reunião com lideranças dos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA). A visita aconteceu no último dia 17 (sábado) em Juatuba, na comunidade Nzo Atim Kaiango Ua Mukongo.

O encontro foi realizado com o intuito de reforçar a importância da presença física de representantes da Defensoria de Minas e do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) nos territórios e debater, principalmente, a respeito dos impactos materiais, físicos e psicológicos causados pelo rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, ocorrido em janeiro de 2019.

Para os PCTRAMA, seus modos de vida e suas práticas religiosas tradicionais estão profundamente conectadas aos elementos da natureza e foram, de maneira infundável, atingidos pelo rompimento da barragem.

Estavam presentes também o representante da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) do MPMG, Marcelo Vilarinho; representantes da Consultoria da IDAFRO, Hedio Silva e Jade Lobo; e a presidente da Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da OAB/MG, Isabela Dario.

[Leia na íntegra](#)

FOTOS: FELIPE CUNHA/AEDAS



Durante a reunião, a defensora pública Carolina Morishita Mota (no alto, ao centro) reforçou sobre a necessidade da presença física nos territórios

CASO SAMARCO

Decisão judicial atende instituições de Justiça e obriga Fundação Renova a implementar direitos de pessoas atingidas

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e demais instituições de Justiça que atuam no caso Samarco – Ministério Público Federal (MPF), Ministérios Públicos de Minas Gerais e do Espírito Santo, Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo (DP/ES)] obtiveram uma importante decisão judicial a favor dos direitos de pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco, Vale e BHP Billinton, ocorrido há cerca de sete anos, em Mariana (MG).

Na decisão, o Juízo da 12ª Vara Federal de Belo Horizonte (MG) acolheu os pedidos das instituições de Justiça para impedir cortes arbitrários do Auxílio Financeiro Emergencial (AFE) efetuados pela Fundação Renova, entidade que representa as mineradoras na implementação de programas e atendimento aos municípios,

comunidades e pessoas atingidas.

Recentemente, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) decidiu que o AFE não possui natureza de lucro cessante, mas sim de pagamento com caráter assistencial, temporário e indisponível, não sendo aceitável a interrupção, negociação e/ou antecipação de pagamentos futuros até o restabelecimento de condições para a retomada, pelos impactados, das atividades produtivas ou econômicas, e isso a depender do resultado de perícia que ainda não foi concluída. Ou seja, o AFE deve ser pago a todo o universo de atingidos que tenham tido sua renda comprometida e não pode ser descontado no âmbito do Programa de Indenização Mediada (PRM), muito menos cortado quando a pessoa atingida adere ao Novel – sistema indenizatório online criado pela Renova.

[Leia na íntegra](#)

ATUALIDADES EM DESTAQUE • INSTITUCIONAL

Defensoria de Minas participa de reunião sobre Rede de Enfrentamento à Violência em Januária

Na terça-feira (20/09), a Defensoria Pública de Minas Gerais em Januária participou de um seminário para Implantação da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no município. No evento, a Instituição foi representada pelo defen-

sor público e coordenador local, Nelson Mendes da Silva, e pela defensora pública Luciana de Souza Marques. O seminário foi realizado pela Prefeitura de Januária, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Defensoria participa de audiência da ALMG sobre despejos e desocupações

A defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, que atua na Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais (DPDH), participou de audiência pública sobre desocupações e despejos, promovida pela Comissão

de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). O evento ocorreu na terça-feira (27/9). A reunião foi marcada com o objetivo de debater as críticas sobre a política habitacional, ou a ausência dela na prática, da Prefeitura de Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde o debate foi realizado.

Entre as acusações dos representantes das comunidades, que estão sob risco de desapropriação por parte da prefeitura, está o repasse dessas áreas a empresários e denúncias sobre questões que vão desde a falta de negociação prévia e transparência na condução das administrações públicas municipais, à brutalidade e práticas criminosas, bem como, relatos de situações de conflitos que atingem ocupações e comunidades quilombolas ameaçadas de remoção de posse.

[Leia na íntegra](#)



Defensora pública Cleide Aparecida Nepomuceno, deputada Andréia de Jesus e as representantes das comunidades, Grace Kelly Soares Sousa e Juliana de Fátima Vilela Silva

FOTO: GUILHERME DARDANHAN/ALMG

Alunos de psicologia e medicina da Universidade do Triângulo Mineiro visitam unidade de Uberaba

Na quinta-feira (29/09), a Defensoria Pública de Minas Gerais em Uberaba recebeu a visita de estudantes da disciplina “Instituição Jurídicas e Direito à Saúde” da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

Além do momento para conhecer a sede da Defensoria Pública no município, os alunos se reuniram para uma conversa com o defensor público Fábio Gandara Bettoni, em atuação na saúde pública nas unidades do Juizado Especial da Fazenda Pública de Uberaba. Na ocasião, foram discutidas a atual jurisprudência dos Tribunais Superiores e a judicialização do direito à saúde, como o fornecimento público de medicamentos, leitos e procedimentos cirúrgicos.



ESPECIAL

Núcleo Psicossocial atua em causa animal

Em agosto deste ano, houve uma audiência de custódia referente ao assistido A.A.G., cuja defesa foi feita pela defensora pública Cecília Madureira Batista Cruz, que atua na Defensoria Especializada de Urgência Criminal (DEUC) da capital. Diante do resultado da audiência, em que o assistido permaneceu preso, a defensora ficou tocada com a situação do cachorro que pertence ao homem que, com seu tutor nessa situação, ficaria sem os devidos cuidados. Sendo assim, contactou o setor Psicossocial da DPMG, solicitando auxílio para o animal.

Certos de que o animal necessitava de proteção e cuidado, as assistentes sociais realizaram contato com ONGs e contatos com o Ceresp Gameleira para, em caráter de urgência, possibilitar atendimento por telefone com o assistido para saber do tutor se haveria familiares que pudessem cuidar do animal.

Um pouco da história – No momento de sua prisão em flagrante, A.A.G. foi autorizado a alimentar seu cachorro com comida e água suficientes para três dias. Após a audiência de custódia, foi determinado que o assistido permaneceria preso em virtude do cumprimento de mandado de prisão referente a outros delitos. Com isso, o homem demonstrou preocupação com seu cachorro que se encontrava sozinho em sua residência, e pediu providências até que seja solto e possa cuidar do animal. Foi então que a defensora pública Cecília Cruz recorreu ao Núcleo Psicossocial da DPMG.

ESCOLA SUPERIOR

DPMG conclui Módulo VI do Curso de Formação Continuada em Gênero e Raça/Etnia

O Módulo VI do Curso de Formação Continuada em Gênero e Raça/Etnia, realizado pela Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio de sua Escola Superior (Esdep-MG) e da Coordenadora Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (CEDEM/DPMG), foi concluído na sexta-feira (30/9). O evento tem o apoio da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais (ADEP-MG).

O módulo apresentou o tema “Como conduzir práticas extrajudiciais e ações judiciais a partir de uma perspectiva antidiscriminatória que garanta a efetivação de direitos das meninas e mulheres atendidas pela Defensoria Pública?”. Participaram

como facilitadoras a juíza auxiliar da presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Karen Luise; e a presidenta da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), Rivana Ricarte. As atividades foram mediadas pela advogada e estagiária de pós-graduação da DPMG, Daniela Godoy.

Karen Luise trouxe para discussão algumas ferrementas que podem responder à pergunta central deste módulo. Segundo a juíza auxiliar, primeiramente não se deve criar um conceito fechado em relação às perspectivas antidiscriminatórias e interseccionais. O segundo mecanismo citado por ela é ligado à posição que cada pessoa ocupa em uma sociedade. Rivana Ricarte chamou atenção para efetivação dos direitos humanos junto aos dispositivos internacionais.

A capacitação está disponível no canal da DPMG no YouTube (c/defensoria).

[Acesse aqui](#)



Próximo evento – O Módulo VII do Curso de Formação Continuada em Gênero e Raça/Etnia, acontece no próximo dia 5/10, no horário de 14 às 16 horas, com transmissão ao vivo pelo canal oficial da DPMG no YouTube.

ESDEP INFORMA

Edital de seleção de entidades para o III Curso de Formação de Lideranças Populares

Está disponível o edital de seleção de 100 entidades para participação no III Curso de Formação de Lideranças Populares da Defensoria Pública do Maranhão, que acontece entre os dias 31 de outubro a 2 de dezembro de 2022, de forma remota. Gratuitas, as inscrições já estão abertas e vão até as 23h59 de 17 de outubro.

[Clique para mais informações.](#)

Seminário sobre gênero e trabalho

A Defensoria Pública do Maranhão, por meio de sua Escola Superior (Esdep), promoverá no próximo dia 7/10, às 14h30, o seminário "Gênero e Trabalho". O evento será realizado na modalidade presencial, no auditório da sede da Defensoria Pública do Estado do Maranhão em São Luís (MA). No evento, será assinada a Política de Prevenção e Combate à Discriminação e Violência de Gênero da Defensoria Pública do Estado do Maranhão.

[Inscrições](#)

Defensoria mineira promoverá palestra com o jurista argentino Eugenio Raúl Zaffaroni

A palestra acontece de forma digital, com transmissão pelo canal da DPMG no YouTube (c/defensoriamineira), na próxima quinta (6/10) às 19 horas.



IMPORTANTE: Faça seu login no 'Gerais' antes de clicar nos links

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS • I

DEFENSORIA-GERAL

Inscrição para a coordenadoria da CEDEDICA

Formação de lista tríplice para coordenadora ou coordenador da Coordenadoria Estratégica de Defesa e Promoção dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CEDEDICA). As inscrições serão acompanhadas de um plano de trabalho, juntamente de informações e documentos relativos à atuação institucional. Inscrição, por mensagem enviada à Defensoria-Geral, por meio do correio eletrônico gabinete@defensoria.mg.def.br, até as 23h59 do dia 16/10/2022.

[Resolução nº 1171/2022](#)

Protocolo de Atuação na Prevenção e Combate à Tortura

Inclusão de membro na Comissão.

[Resolução nº 1073/2022 \(DODP 01/10/2022\)](#)

Abertura de consultas para cooperação

>> *Inscrições por e-mail, direcionados para cooperacao@defensoria.mg.def.br :*

- **Belo Horizonte / Tribunal do Júri 3º Presidente** – acumulação compartilhada de 5 de outubro de 2022 a 5 de abril de 2023, podendo ser prorrogado ou antecipado, caso necessário.

[Resolução nº 1172/2022](#)

- **Belo Horizonte / JESP Fazenda Pública/ Turma Recursal** – exclusivamente nas demandas que envolvem direito de saúde, de 6/10/2022 a 5/4/2023, podendo ser prorrogado ou restringido. Inscrição até as 12h do dia 5/outubro/2022.

[Resolução nº 1176/2022](#)

- **Brumadinho / Júri** – acumulação para ato específico no dia 27/10/2022. Inscrição até as 13h do dia 6 de outubro de 2022.

[Resolução nº 1163/2022](#)

- **Caratinga / Sessão do Júri** – cooperação no dia 19 de outubro de 2022. Inscrição até as 13h do dia 4 de outubro de 2022.

[Resolução nº 1173/2022](#)

- **Itamogi** – acumulação compartilhada, de 20/outubro/2022 a 19/abril/2023, podendo ser prorrogado ou antecipado. Inscrição até as 13h do dia 6 de outubro de 2022.

[Resolução nº 1180/2022 \(DODP 01/10/2022\)](#)

- **Nova Lima / Defensoria Criminal** – acumulação compartilhada de 13/outubro/2022 a 12/abril/2023, podendo ser prorrogado, interrompido ou antecipado. Inscrição até às 13h do dia 7 de outubro de 2022.

[Resolução nº 1162/2022](#)

- **Poços de Caldas/ Sessão de Júri** – cooperação em ato específico no dia 18 de outubro de 2022. Inscrição até 13h do dia 6 de outubro de 2022.

[Resolução nº 1179/2022 \(DODP 01/10/2022\)](#)

- **Ponte Nova / Sessões Plenárias do Tribunal do Júri** – acumulação para ato específico, dias 6 e 20/10/2022. Inscrição até às 12h do dia 4 de outubro de 2022, nos termos do art. 7º, parágrafo único, da Deliberação CSDPMG n. 190/21.

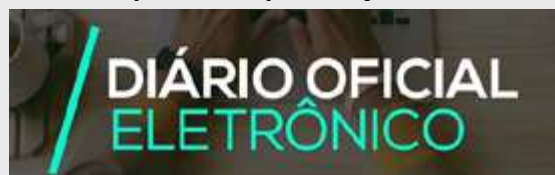
[Resolução nº 1181/2022 \(DODP 01/10/2022\)](#)

CooProC – Atendimento Itinerante/

- **Ibirité / Ação Social da Comunidade São Francisco de Assis** – dia 8/10/2022. Defensoras e/ou defensores públicos deverão ter acesso aos sistemas vinculados às principais área de atuação, dentre os quais SIGPRI, ISP, SEEU, PJe e JPe. Inscrição por e-mail, até as 13h do dia 5/10/2022, direcionado ao endereço projetos@defensoria.mg.def.br.

[Resolução nº 1166/2022](#)

Acesse aqui outras publicações



CORREGEDORIA-GERAL

Memorando renova recomendações relativas à conduta funcional durante as eleições

Por meio do Memorando nº 117/2022, a Corregedoria-Geral renova a recomendação às defensoras, defensores públicos, servidoras, servidores, estagiárias e estagiários, para que manifestações políticas em redes sociais sejam realizadas com moderação e sem vinculação da Instituição e/ou do cargo ocupado a qualquer candidata, candidato ou partido político.

[Clique para ler o Memorando nº 117/2022](#)

PPCAAM

Questionário aos representantes das portas de entrada do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

O ICULT (Instituto de Educação e Cultura José Carlos Pereira) foi contratado pelo IDH (Instituto de Direitos Humanos), organização social responsável pela execução do PPCAAM em Minas Gerais, para execução de auditoria externa do referido programa. Uma das ações da auditoria é a realização de pesquisa no formato de formulário/questionário para as portas de entrada do PPCAAM.

Desta forma, a coordenadoria da Defensoria Especializada dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes– Ato Infracional convida as defensoras e defensores públicos para participação e contribuição respondendo à pesquisa.

[Clique para acessar a pesquisa.](#)

CÂMARAS DE ESTUDOS

Câmara de Estudos de Tutela das Famílias divulga nova edição do “Tirinhas de Família”

[Acesse aqui a edição de setembro do “Tirinhas”](#)*continua >>*

IMPORTANTE: Faça seu login no 'Gerais' antes de clicar nos links

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS • II



SPGF/DFPC

Cartilha orienta sobre despesas miúdas de pronto pagamento

Encontra-se disponível no GERAIS a Cartilha sobre o regime de Adiantamentos (despesas miúdas de pronto pagamento). Seu conteúdo busca facilitar o esclarecimento das dúvidas relacionadas à concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamentos para as servidoras e servidores que recebem recursos à conta de adiantamentos, e também aos operadores de administração, finanças e planejamento e aos responsáveis por recebimento de materiais e serviços e aos tomadores de contas.

[Clique aqui para acessar](#)

SEMANA DA SERVIDORA/SERVIDOR

Inscrições para a Feira de Artesanato e Gêneros Alimentícios

De 24 a 28 de outubro, a exposição feita vai acontecer no Foyer do Auditório da Sede I, em Belo Horizonte, das 12 às 17 horas.

[Saiba mais](#)

ASAMDEP-MG

Edital de convocação para eleição da nova diretoria

A eleição será realizada durante a primeira assembleia geral ordinária de 2022, no dia 15 de outubro, de forma híbrida.

[Clique aqui para ler o edital.](#)

SRLI/ALMOXARIFADO

Atualização do modelo de requisição de Materiais de Consumo

[Veja aqui](#)

SEI NA DEFENSORIA

Cards 26 e 27: Entenda o SEI na Defensoria

Sempre às terças e quintas-feiras, cards prestam informações e orientações sobre o novo sistema.



Não manter processos abertos sem necessidade

Apenas mantenha processos abertos em sua unidade caso haja um prazo estabelecido para despacho final e as unidades necessitem trabalhar simultaneamente neles.

Com a finalização da instrução do processo em sua unidade, não o deixe aberto ao tramitá-lo.

Alguns problemas em se manter aberto um processo sem necessidade:

- interferência nas estatísticas de desempenho dos processos geradas pelo SEI;
- prática de trabalho não condizente com os procedimentos usuais com processos;
- poluição da tela de Controle de Processos (gerados e recebidos) da sua unidade.

Portanto, caso o processo esteja encerrado em sua unidade, lembre-se de deixar desabilitada a opção **"Manter aberto na unidade atual"** no momento de enviar o processo para outra unidade.

Concluir processos

Conclua os processos que tenham atingido seus objetivos.

Mas como saber que o processo está encerrado?

Quando todos os trâmites para resolver o problema ou a necessidade que iniciou aquela solicitação já foram tomados e a situação está resolvida!

Para concluir o seu processo, clique no ícone de Concluir Processo na tela do processo.

